

Revista de
**Direito Econômico e
Socioambiental**

ISSN 2179-8214

Licenciado sob uma Licença Creative Commons



REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL

vol. 8 | n. 3 | setembro/dezembro 2017 | ISSN 2179-8214

Periodicidade quadrimestral | www.pucpr.br/direitoeconomico

Curitiba | Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR



Imperialismo, desenvolvimento econômico e degradação ambiental: uma análise da crise ecológica sob a perspectiva dictômica centro-periferia

*Imperialism, economic development and environmental
degradation: an analysis of the global ecological crisis under the
center-periphery dichotomic perspective**

Dimitri Aita**

Faculdade Metodista de Santa Maria (Brasil)
dimitriaita14@gmail.com

Maria Beatriz Oliveira da Silva***

Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)
biabr@hotmail.fr

Como citar este artigo/*How to cite this article*: AITA, Dimitri; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da; DAVID, Thomaz Delgado de. Imperialismo, desenvolvimento econômico e degradação ambiental: uma análise da crise ecológica global sob a perspectiva dicotômica centro-periferia. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 457-480, set./dez. 2017. doi: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v8i3.8678.

*O presente artigo científico foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Direito, Marxismo e Meio Ambiente (NUDMARX) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que conta com financiamento do CNPq.

** Bacharelado em Direito na Faculdade Metodista de Santa Maria (Santa Maria-RS, Brasil). Integrante do Núcleo de Direito, Marxismo e Meio Ambiente (NUDMARX) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: dimitriaita14@gmail.com

***Professora do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria-RS, Brasil). Doutora em Direito pela Universidade de Limoges (França). Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenadora do Núcleo de Direito, Marxismo e Meio Ambiente (NUDMARX). E-mail: biabr@hotmail.fr

Thomaz Delgado de David****

Centro Universitário Franciscano (Brasil)

thomaz_delgado@hotmail.com

Recebido: 05/07/2017

Aprovado: 18/09/2017

Received: 07/05/2017

Approved: 09/18/2017

Resumo

O presente artigo trata do modelo de desenvolvimento econômico predominante no sistema capitalista e aponta as consequências ambientais negativas que decorrem desse e afetam as regiões globais periféricas. Para tanto, realizou-se um resgate histórico que abrangeu as práticas dos países imperialistas na modernidade e observou-se a degradação ambiental no âmbito internacional. Ademais, adotou-se o método de abordagem materialista histórico-dialético e o instrumental teórico marxista para a análise da crise socioambiental, com o auxílio de documentação indireta enquanto técnica de pesquisa. Em sede conclusiva, verificou-se que a territorialização dos impactos ambientais negativos é um efeito intrínseco ao capitalismo imperialista no período globalizado, que especialmente ocorre em detrimento dos países pobres e pode ser explicada em razão de relações de exploração social e ambiental ao longo da história, que culminaram no arranjo sociopolítico e econômico internacional da contemporaneidade.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; imperialismo; marxismo; meio ambiente; ecologia.

Abstract

The present article refers to the prevailing economic model of development in the capitalist system and points the negative consequences of it that affect the global peripheral regions. In order to that, has been made a historical rescue that included the practices of the imperialist countries in the modernity and was observed an environmental degradation in the international ambit. Also, the materialistic historical-dialectical method of approach and the marxist theoretical instrumental were adopted for an analysis of the socio-environmental crisis, through the use of indirect documentation as the research technique. In conclusion, it has been found that the territorialization of negative environmental impacts is an intrinsic effect of imperialist capitalism in the globalized period, especially in detriment of poor countries, and can be explained by social and environmental relations through history that culminated in the international sociopolitical and economic arrangement of contemporaneity.

**** Bacharelado em Direito no Centro Universitário Franciscano e em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria – RS, Brasil). Integrante do Núcleo de Direito, Marxismo e Meio Ambiente (NUDMARX) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: thomaz_delgado@hotmail.com

Keywords: economic development; imperialism; marxism; environment; ecology.

Sumário

1. Introdução. **2.** A relação entre o capitalismo e a degradação ambiental. **2.1** A crítica ecológica a partir da teoria marxista. **2.2** A geração da degradação ambiental no âmbito internacional. **3.** O contexto global imperialista e a exploração dos países centrais sobre as regiões periféricas. **3.1.** A crítica ao modelo de desenvolvimento dos países centrais. **3.2** Como o modelo de desenvolvimento dos países centrais impacta nas regiões periféricas do globo. **3.3** Como o modelo de desenvolvimento dos países centrais impacta nas regiões periféricas do globo. **4.** Considerações finais. **5.** Referências.

1. Introdução

A problemática ambiental que se evidencia na contemporaneidade resulta de modificações substanciais nos constructos socioeconômicos e políticos ao longo dos últimos séculos. A partir da ascensão do capitalismo e de seu modo de produção característico, novos paradigmas de desenvolvimento passaram a ser propostos e suas características insustentáveis passaram a ser desveladas.

Atualmente, ao se estabelecer uma conexão entre a manutenção e a reprodução do desenvolvimento capitalista com a desigualdade material territorializada, tem-se que o subdesenvolvimento econômico e social aparentemente é consequência intrínseca de um modelo desenvolvimentista, em consonância com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, de Leon Trotsky¹. Tal desenvolvimento, a ser analisado, se sustenta em uma divisão social (e geográfica) exploratória do trabalho e do meio ambiente.

Em face da relação entre a crise socioambiental e a economia política, adotar-se-á para a condução desta pesquisa o instrumental teórico marxista como fundamento, devido aos elementos fornecidos para o entendimento e

¹ A teoria do desenvolvimento desigual e combinado se consolidou a partir da obra “História da Revolução Russa”, de Leon Trotsky, publicada em 1930 (THEIS; BUTZKE, 2010). Desde então, o termo é comumente associado à interpretação trotskista. Paul Singer (2004, s.p) afirma que “uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos” e que Leon Trotsky foi o primeiro a estudar sobre isso. Trotsky o fez no contexto Russo anterior à revolução de 1917 e analisou os processos de desenvolvimento capitalista ocorridos lá sob a perspectiva da integração econômica da Rússia junto à sistemática capitalista (LÖWY, 1995).

para a crítica do capitalismo. Em que pese Karl Marx não tenha formulado uma crítica socioambiental explícita, sua teoria revisitada é atual para tratar da questão, pois ainda é a sustentação para uma perspectiva radical contra o capitalismo e suas consequências.

Ademais, o problema que norteará o desenvolvimento deste trabalho encontra-se expresso pelo seguinte questionamento: “considerando-se o modo de produção capitalista e a crítica ecológica marxista, quais os impactos ambientais negativos do desenvolvimento econômico capitalista – que se relacionam ao paradigma imperialista de expansão – nas regiões globais periféricas?”. Objetiva-se, a partir desse, verificar uma possível relação entre o modelo de desenvolvimento dominante no capitalismo e a degradação ambiental que impacta as regiões globais periféricas, sob a perspectiva da crítica ao imperialismo dos países centrais, sobretudo estadunidense.

A metodologia a ser adotada corresponde ao método materialista histórico-dialético, em conformidade com a perspectiva teórica basilar. Isso significa, diante do materialismo, que partir-se-á da consideração da realidade concreta, passando por um processo de abstração e, finalmente, chegar-se-á ao concreto pensado, ou seja, uma formulação teórica que corresponde diretamente à realidade tal como ela é, permitida a sua compreensão a partir de uma perspectiva científica.

Em termos de dialética, tem-se a importância da análise de contradições, como as que envolvem o modelo econômico hegemônico, o pretense desenvolvimento almejado e a (in)consequente degradação ambiental. Certamente, as contradições que se revelam sob o capitalismo, quando percebido para além da sua aparência, possibilitam a verificação das reais causas de uma territorialização da pobreza, da exploração e inclusive da crise ecológica.

Por conseguinte, este trabalho analisará em sequência a relação entre o modo de produção capitalista e a degradação ambiental sob o viés marxista, para então tratar do contexto de exploração – do trabalho e das riquezas naturais – operada pelos países centrais contra os periféricos. De mesmo modo, intenta-se identificar a incidência de danos ambientais que prejudicam a periferia global, possibilitando a percepção de suas origens e a crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista.

2. A relação entre o capitalismo e a degradação ambiental

O capitalismo, em suma, constitui-se como um sistema definido por um modo de produção específico que determina, a partir de sua estruturação fundante, relações diversas da sociedade. Entre tais relações encontra-se o elo entre o trabalhador e o meio ambiente pois, invariavelmente, o exercício da atividade laboral requer uma instância espacial.

Naturalmente, o ser humano interage com o meio independentemente de outras construções sociais, pois o trabalho consiste na única forma de geração de valor, sem a qual não é possível garantir sequer a subsistência humana. Ocorre que, sob as determinações da base econômica capitalista, as relações de trabalho e os meios de produção alteram-se e geram o referido modo de produção específico.

Também, o contexto geopolítico dos países europeus durante o século XVIII contribuiu para a consolidação do capitalismo. Nesse período, a transição do regime escravocrata para um regime capitalista em parte dos países pobres significou a abertura de novas rotas para o investimento de capital sobreacumulado e para a circulação de mercadorias.

Não obstante, sob o modo de produção capitalista e a partir da necessidade de maximização de lucros e de criação de novos mercados, a interferência do ser humano no meio ambiente transformou-se significativamente. Com o avanço técnico-científico, os resultados dessa mudança tornaram-se nítidos, a exemplo das crises que envolvem a preservação do meio ambiente na contemporaneidade.

A seguir, tratar-se-á da crítica ecológica que se depreende do instrumental teórico marxista diante dos efeitos antrópicos negativos causados ao meio ambiente. É necessário, contudo, atenção às observações introdutórias que se contrapõem à existência de uma teoria ecológica nas obras de Marx.

2.1 A crítica ecológica a partir da teoria marxista

Em relação à teoria marxista e sua aplicação à crítica ecológica, há quem a entenda como existente desde a teorização marxista, com limitações devido ao seu período de elaboração (FOSTER, 2012), assim como quem

aponte que Karl Marx não deixou de atentar para a questão socioambiental na medida em que tratou de conceitos como a alienação, o metabolismo entre o homem e a natureza e os corpos orgânicos e inorgânicos (RAMALHO, 2010).

O ecossocialista Michael Löwy propõe o debate acerca de Marx, Engels e a ecologia e estabelece pressupostos importantes para toda pesquisa acerca da temática. São esses: o fato de que os problemas ambientais não configuram a principal preocupação da teoria marxista ao tempo de sua formulação; as ideias extraídas das obras de Marx e Engels estão sujeitas à diferentes entendimentos relacionados à perspectiva ecológica; a radicalização do pensamento ecológico perpassa obrigatoriamente por uma sustentação teórica crítica amparada nos referidos autores (LÖWY, 2014).

Reconhecendo as contribuições que advém da teoria marxista, o referido autor elucida que, apesar da dedicação de Marx em sua vida não ter se voltado exatamente à essa questão, sua teorização fornece substratos essenciais para a formulação de uma crítica ecológica adequada. Nessa senda, a partir da análise de vários trechos das obras de Marx, encontra-se “um tipo de ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza, como resultado do produtivismo capitalista” (LÖWY, 2014, p. 27).

É possível depreender, tendo como base o processo de mercantilização da natureza – expresso na conversão da riqueza pública em riqueza privada –, a premissa para o funcionamento do capitalismo, de tal modo a evidenciar um vínculo direto entre o modo de produção capitalista e a crise ambiental, pois aquele por essência não coaduna com formas que tentam conciliar a geração de riqueza privada com um “desenvolvimento sustentável”.

Cabe referir que “as coisas [enquanto quantidades de valor de uso sujeitas ao processo de valoração mercantil] são, por si mesmas, exteriores ao homem e, por isso, são alienáveis” (MARX, 2013, p. 162). Dessa forma, Marx direciona ao entendimento de que o homem é alienado do meio ambiente no capitalismo pois é violada sua ligação natural, por intermédio de constructos como a propriedade privada e a divisão social do trabalho, a qual separa o trabalhador rural da terra, dando causa a um desligamento sistêmico (RIBEIRO, 2011).

Ainda, a teoria marxista possui diversas contribuições essenciais, devendo-se ressaltar que, conforme aponta, para seu precursor, no sistema capitalista existe relação entre a exploração – da classe dominante sobre a

dominada – e a degradação ambiental, justificada pelo caráter privado da propriedade (WALDMAN, 1992). De tal modo, infere-se que o processo de mercantilização de bens de uso comum, que pressupõe sua privatização, está fundamentado na conversão de seu valor de uso em valor de troca, conferindo sustentação ao atual sistema de maneira que, diante desse processamento, não há como conciliar a produção e a preservação do meio ambiente.

De modo claro, John Bellamy Foster (2012, p. 89-90) contrapõe o senso comum acerca da geração do capital na seguinte preleção:

A dominação do valor de troca sobre o valor de uso no desenvolvimento capitalista e seus impactos ecológicos podem também ser vistos na fórmula geral do capital de Marx, $M-C-M'$. O capitalismo é comumente descrito como sistema conforme a simples produção de mercadoria $C-M-C$, na qual o dinheiro é simplesmente um intermediário no processo de produção e troca, começando e finalizando com valores de uso particulares e corporificados em mercadorias concretas. Em nítido contraste, Marx explica que a produção e a troca capitalista tomam a forma de $M-C-M'$, na qual o capital-dinheiro é aplicado no trabalho e materiais para produzir uma mercadoria, que pode ser vendida por mais dinheiro, ou seja, M' , ou $M + \Delta m$ (mais-valia), ao final do processo. A diferença crucial é que o processo nunca termina, já que o dinheiro ou um valor abstrato é o objeto. A M' é reinvestida no período seguinte, resultando em $M'-C-M''$, que leva a $M''-C-M'''$ no período após esse, e assim segue.

Assim, Foster demonstra o processo concreto de sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso no sistema capitalista, bem como o fundamento do lucro e sua indissociabilidade do funcionamento mercantil.

Em complemento, na lição de Marx, “como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2013, p. 116). Diante disso, devido à generalização da mercadoria no sistema de trocas e à abstração de sua forma, que se traduz na perda de sua finalidade primária, os meios de produção capitalistas, alienados da classe operária, produzem conforme os

interesses dominantes, jamais conforme os interesses coletivos contra-hegemônicos.

Desse modo, restando elucidada a relação entre a privatização da natureza e sua degradação, destaca-se a geração de escassez nesse processo, observada por Porto-Gonçalves (2012, p. 289):

[...] privar é tornar um bem escasso, e, assim, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso. Assim, é o princípio da escassez, assim como a propriedade privada, que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais. Ocorre que a ideia de riqueza é o contrário de escassez, e aqui reside uma das maiores dificuldades da economia mercantil em incorporar a natureza como riqueza, como algo que é abundante, um bem comum. O desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez. Enfim, exige que se vá para além do capitalismo.

A crítica exposta demonstra o ciclo de exploração de recursos naturais, a produção de escassez e sua relação intrínseca com o sistema capitalista. Isso porque, conforme Alysson Mascaro (2013), o referido sistema econômico gravita em torno do acúmulo de capital e busca sua perpetuação por intermédio do Estado e da estrutura política, que amparam a manutenção e a reprodução sistemática.

Entretanto, “só se pode pensar a dinâmica do capital num conjunto de países e territórios; o capital é necessariamente internacional e, por isso, os Estados também se apresentam na mesma multiplicidade, forjando um sistema no espaço internacional” (MASCARO, 2013, p. 95). Diante disso, passa-se a discorrer acerca das relações de produção, comércio e acumulação em meio ao mundo “globalizado”, com as devidas críticas ao que essa expressão remete.

2.2 A geração da degradação ambiental no âmbito internacional

Em consideração ao fenômeno da globalização, que se originou durante a segunda metade do século XX, e à aparente flexibilização das fronteiras internacionais, assevera-se que, apesar da aparência que o pensamento dominante tentou conceder a essa globalização de cunho

neoliberal, o que tornou-se genuinamente global e generalizado foi a atividade empresarial e o comércio.

A partir disso, iniciaram-se campanhas de reforço à internacionalização, movidas principalmente pelos interesses privados, às quais muitos ambientalistas ingenuamente aderiram, eis que a questão ambiental apresenta suas interfaces na totalidade mundial.

Entre os fundamentos dessa internacionalização, que se assemelha a uma internacionalização do capital, está o que Octavio Ianni (2001, p. 57) classificou como “fábrica global”, eis que “intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado”.

A partir disso, intensifica-se a investida do imperialismo, que “se caracteriza por uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente” (MASCARO, 2013, p. 101). Para Vladimir Lenin, (2010, p. 59) “o imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior. Tal conceituação é central para a presente análise e será abordado com maior profundidade mais adiante.

Em retomada, a globalização possibilitou o surgimento de novas formas capitalistas, como a monopolista, que interfere na relação de soberania dos Estados imperialistas e apresenta-se em contrariedade imediata à falácia da livre concorrência, da qual o discurso neoliberal faz uso. Nesse sentido, aduz István Mészáros (1996, p. 58-59):

[...] a longo prazo, o *monopólio* tende a prevalecer sobre a *concorrência*, à medida que o sistema do capital progride historicamente em direção a seus derradeiros limites estruturais enquanto sistema de produção. Além disso, as primeiras manifestações monopolistas que caracterizaram a “construção de impérios” por parte das “grandes nações ativas” dão lugar, na hora oportuna – a título de exemplo claro das possíveis inversões que acabamos de mencionar – ao predomínio de feroz concorrência (e às concomitantes medidas antimonopolistas do estado capitalista) no período médio da expansão capitalista; mas só para serem novamente revertidas com impressionante

firmeza no século XX, e particularmente nas últimas décadas, em favor de monopólios gigantescos, enquanto se conserva, na mais pura hipocrisia, a retórica altissonante da concorrência como legitimação última do sistema da iniciativa privada.

Desse modo, entende-se que a internacionalização do capital deu condições para que as empresas multinacionais e transnacionais pudessem estabelecer sua dominação de forma mais abrangente, consolidando-se no cenário internacional inclusive como principais causadoras da crise ambiental. Nesse ínterim, é necessário referir que o “mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas” (SANTOS, 2001, p. 67).

No cenário pautado, caracterizam-se, para os economistas, como externalidades do sistema econômico o “conjunto de problemas que se mostram fora do alcance da compreensão da teoria do processo econômico que tem dominado as formas de organização social e de intervenção sobre a natureza [...]” (LEFF, 2009, p. 20). À vista disso, toma-se como exemplo a destruição exportada, na qual uma indústria situada em um país desenvolvido, sob a vigência de normas de direito ambiental rigorosas, desloca suas atividades poluidoras para um país pobre e com leis flexíveis (WALDMAN, 1992), incorrendo em danos ambientais às sociedades periféricas.

Diante dessa crise ambiental global, introduz-se a proposição de desenvolvimento sustentável em oposição aos danos ambientais causados pelas atividades mercantis capitalistas. No entanto, de acordo com Enrique Leff (2009, p. 27):

[...] o discurso do *desenvolvimento sustentável* assevera que a destruição ecológica não foi decorrente das falhas e imperfeições do mercado, e sim da ineficácia e corrupção do Estado. Assim, o neoliberalismo ambiental propõe que se atribuam preços de mercado, valores e direitos de propriedade à natureza, e promete que o mercado se encarregará não apenas de regular a economia e de ativar um processo de crescimento sustentado – a meta triunfal dos atuais governos neoliberais –, mas também de equilibrar a ecologia e dotar a sociedade de equidade.

Diante do pensamento de Leff, a proposta de desenvolvimento sustentável pode ser compreendida como um desvio do aspecto principal que circunda a lógica desenvolvimentista, que não pode ser conciliada com a preservação ambiental.

Destaca-se que a prática do desenvolvimento “sustentável” tem acarretado em um fortalecimento da economia mercantil capitalista que avança sobre a natureza, a partir da geração de instrumentos que deveriam promover um “desenvolvimento ecológico”, mas que dão continuidade ao processo de valoração comercial da natureza e reafirmam a propriedade privada (LEFF, 2009).

Portanto, entende-se que por trás da globalização e da proposta de desenvolvimento sustentável existem ideologias que, apesar de disfarçadamente a favor da coletividade, atendem à lógica dominante que perfaz o ciclo exploratório do meio ambiente a nível internacional.

3. O contexto global imperialista e a exploração dos países centrais sobre as regiões periféricas

Para adentrar na temática que envolve a exploração da periferia mundial por um grupo de países subimperialistas e os Estados Unidos da América, principal país imperialista na atualidade, cabe uma retomada histórica até o contexto mundial globalizado. Após, discorrer-se-á em relação à crítica do modelo de desenvolvimento exploratório e imperialista, compreendendo quais são os impactos ambientais causados por esse.

Segundo Anibal Quijano (2002), o padrão de controle mundial que passou a governar o planeta a partir do século XV se deu com a descoberta da América. Ainda, o autor considera que nesta época iniciou-se o processo de globalização mundial, pois a partir desse marco consolidam-se a história, cultura e geografia mundiais que cada vez mais iriam condicionar suas correspondentes regionais.

A partir de tal momento, surge a expressão “mundo moderno”, sendo que o sentido que tal expressão transmite é apenas de “moderno” e não o sentido de sistema mundial ao qual sempre é associada. Assim, ao fixar a interpretação somente nessa palavra, concede-se à Europa o papel de protagonismo no processo de modernização do mundo.

No entanto, normalmente, esquece-se que o processo de modernização mundial está diretamente ligado ao processo de colonização, pois se não fosse a colonização da América, a Europa jamais teria reunido forças e condições para se estabelecer como centro hegemônico do mundo naquele período (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Com a posterior revolução industrial e a descoberta da máquina a vapor, a geografia sofreu importantes alterações, principalmente, em relação à questão moderno-colonial. Ainda, as distâncias foram superadas devido ao desenvolvimento dos combustíveis, meios de transporte e produção e, assim, a exploração da natureza ganhou maior intensidade.

Em decorrência do período supramencionado, surgiu a relação estreita entre o capitalismo e o (neo)liberalismo, sendo que o último surge como um ideário supostamente capaz de renovar as formas de acumulação daquele e originou-se em função da necessidade de o capital encontrar outros modos de acumulação, especialmente em decorrência do esgotamento do modelo em países da Europa, que permitissem a constância de sua acumulação (SANTOS, 2006).

A exploração dos recursos naturais e humanos tornou-se aspecto central da seguinte fase, entendida como imperialismo sob o sistema capitalista. Ao ponto que o capital atingiu certo nível de desenvolvimento na Europa, sua reprodução exigiu novas formas de extrair a mais-valia. Dessa maneira, a solução encontrada pelas potências imperialistas fora a industrialização dos países colonizados, juntamente com a dominação dos recursos naturais destes e a exploração do trabalho de suas populações, atores que cumpriram o papel fundamental na estratégia de expansão capitalista (LEFF, 2009).

Acerca disso, tratando-se do cenário latino-americano, o economista e sociólogo Gunder Frank verificou que:

As regiões que hoje são as mais subdesenvolvidas do continente latino-americano [...] tem em comum que naquela época [colonialista] foram – e em menor grau ainda são – as partes que mais se caracterizaram pela exploração de seus recursos naturais e, sobretudo, humanos, em função de uma economia de exportação. (FRANK, 1970, p. 235, tradução nossa).

Portanto, os reflexos do imperialismo que sobreveio após a colonização ainda hoje são perceptíveis e, entre os séculos XIX e XX, já

havia dado forma à uma era característica. Poder-se-á considerar como Era dos Impérios o lapso temporal compreendido entre 1875 e 1914, em razão do surgimento de um novo imperialismo (adaptado) e especialmente pois, provavelmente, ter esse sido o período histórico da idade moderna em que houve o maior número de autodeclarados imperadores, ou que assim eram considerados pelos diplomatas do ocidente (HOBBSAWN, 2011).

Para além, após a segunda Guerra Mundial, o próprio capitalismo corria graves riscos devido ao esgotamento dos mercados e em decorrência das lutas bélicas entre potências imperialistas. No entanto, um modelo de intervenção supranacional que visou expandir a produção industrial para regiões menos favorecidas do globo garantiu os chamados anos dourados do capitalismo.

Esse período foi caracterizado pela chamada sociedade do consumo, fundada através do processo de globalização que instituiu a ideologia do consumo nas regiões da África, América Latina e Ásia. Também, fora neste período que organismos supranacionais como BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) atuaram como globalizadores da expansão capitalista e do modo de vida baseado no consumo (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Segundo Celso Furtado (2000), o modelo de desenvolvimento dos países centrais encontrou na ideologia neoliberal a sua nova ofensiva e a sua nova justificação de metas. Assim, faz-se necessário o entendimento de alguns aspectos que contribuíram para esse empreendimento, sendo um dos fatores mais importantes o advento do que se costuma chamar globalização, que traz consigo vários elementos para a compreensão da difusão dessa ideologia.

O sociólogo Anthony Giddens (1991) define a globalização como “ação à distância” já que esse processo ocasiona mudanças determinantes nas esferas social, política e cultural, pois considera que as atividades humanas ordinárias são cada vez mais influenciadas por acontecimentos do outro lado do mundo e, rapidamente, hábitos locais de comportamento e estilo tornam-se atividades e comportamentos globais.

Nesse sentido, o referido fenômeno acaba por romper todas as barreiras dos países, das cidades e dos continentes, estabelecendo, pelo menos em princípio, padrões mundiais de consumo e de ideias. Consequentemente, ocorre uma padronização de consumo, de valores

centrais baseados em símbolos e produtos cada vez mais supérfluos e simplesmente adequados à lógica do consumismo exacerbado. Por conta disso, a globalização está intimamente ligada às formas de reprodução do capital e ao modo imperialista de expansão e dominação.

Karl Marx e Engels não deixaram de observar a necessidade de o capital invadir o globo com a intenção de se estabelecer em toda parte para manter o processo de acumulação e multiplicação, em que pese tal tema não tenha ganho especial atenção. Sabe-se que, impelida pela necessidade de mercados sempre novos quando da sobreacumulação de capital, a burguesia necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Acerca da sobreacumulação de capital, seus limites e a solução capitalista para a garantia de sua reprodução, tem-se a seguinte lição:

A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo (HARVEY, 2005, p. 124).

Ante o exposto, a globalização neoliberal atuou como resposta capitalista superveniente, de modo a permitir que esse sistema político-econômico pudesse dar continuidade à sua acumulação baseada na exploração do trabalho e dos recursos naturais (LEFF, 2009). Ainda, nesta nova etapa contou com a financeirização do capital e o endividamento externo dos países pobres através da atuação de organismos internacionais de cunho empresarial (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Dessa maneira, através da exploração do mercado mundial, os países desenvolvidos imprimiram um perfil cosmopolita à industrialização, produção e ao consumo nas demais regiões do mundo, garantindo a hegemonia do modelo de desenvolvimento dos países centrais.

3.1. A crítica ao modelo de desenvolvimento dos países centrais

Apresentados os aspectos iniciais da discussão aqui pretendida, parte-se para a análise do modelo de desenvolvimento dos países centrais com o objetivo de realizar a crítica a este modo de desenvolvimento que contribui para degradação ambiental e beneficia os países centrais em detrimento dos periféricos. Para analisar e discorrer a respeito da crítica ao desenvolvimento dos países centrais neste tópico, primeiramente se faz necessário compreender qual o significado da palavra desenvolvimento na sociedade contemporânea.

O conceito de desenvolvimento é oriundo da ciência biológica, aplicado como processo de evolução dos seres vivos até a sua plenitude genética (SANTOS; BRAGA; SANTOS; et al, 2012). Sendo assim, a palavra desenvolvimento passou a ser entendida como transformação em direção à forma mais apropriada e evoluída. Ocorre que em meados do século XVII, com o darwinismo social, transferiu-se o conceito da palavra do âmbito biológico para o social.

Nesse sentido, a prosperidade e a evolução foram tomadas não como atributos de todas as sociedades humanas, mas somente de alguns países – em uma perspectiva antropológica evolucionista e cientificamente ultrapassada. Dessa forma, alguns países passaram a ser considerados como desenvolvidos na medida em que possuem habilitação para alcançar a sua própria evolução em detrimento dos demais considerados não-desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Na lição de Karl Marx (2013), o desenvolvimento econômico (no sentido utilizado pela classe dominante) se dá através da acumulação de capital, por meio da mais-valia, a qual, por sua vez, surge das relações de exploração do trabalho. Anteriormente às revoluções industriais e o surgimento da economia moderna, houvera um período de acumulação primitiva de capital, denominado mercantilismo, o qual possibilitou a acumulação de recursos por algumas nações, necessária para o financiamento de investimentos indispensáveis para o desenvolvimento econômico dessas (FURTADO, 2000).

Quando o capital alcançou certo nível de desenvolvimento, sua reprodução exigiu novas formas de acumulação que lhe permitissem expandir as taxas da mais-valia. A forte apropriação dos recursos naturais

dos países anteriormente colonizados e a exploração do trabalho do seu povo garantiram a expansão capitalista dos países desenvolvidos (LEFF, 2009).

No entendimento de Furtado (2000), a partir do momento em que alguns países se industrializam é que se estabelece a relação (dicotômica) entre centro e periferia, na qual a posição central é destinada aos países desenvolvidos, enquanto a periférica destina-se aos países menos desenvolvidos no âmbito industrial e econômico. Por derradeiro, “a fase imperialista da acumulação do capital, ou a fase da concorrência mundial do capitalismo, abrange a industrialização e emancipação capitalista dos países atrasados a expensas dos quais o capital obteve sua mais-valia” (LUXEMBURG, 1970, p. 362).

A globalização capitalista neoliberal oferece um planeta sem fronteiras, porém, no sentido liberal, o qual facilita a livre circulação de produtos e mercadorias e não de pessoas, mais especificadamente de pobres. Há menos hierarquia e centralização do poder estatal com um Estado mínimo para maioria, uma flexibilização exacerbada que estimula o individualismo, com uma mídia que trabalha a favor do capitalismo ao instrumentalizar o desejo, fomentar o consumo, infantilizar a todos e ao contribuir para apatia política (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Na mesma linha de raciocínio, Leff (2009) centraliza sua crítica ao modelo de desenvolvimento dos países dominantes de modo que considera que a prática desenvolvimentista neoliberal explora os recursos naturais das nações marginalizadas e impede que essas se organizem em busca de um processo produtivo mais equilibrado, igualitário e sustentável. Além disso, este processo de dependência² industrial e tecnológica utilizado pelos Estados centrais em detrimento dos demais bloqueia uma tentativa de desenvolvimento sustentável dos últimos, pois impede que estes tenham o manejo adequado dos seus ecossistemas e recursos naturais.

De acordo com Ruy Mauro Marini (2015), as economias industriais afetam o mercado global, aumentando a procura por matérias-primas e gêneros alimentícios, e a contrapartida dada pela economia voltada à exportação é exatamente contrária pois, ao invés de aumentar a

²Theotônio dos Santos (1970, p. 231, tradução nossa) define a dependência econômica entre países como a “situação na qual a economia de um certo país é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual o primeiro está submetido”. Portanto, dependência é um conceito-chave para a compreensão teórica do desenvolvimento desigual.

produtividade ou conceder-lhe prioridade, intensifica a utilização da força de trabalho e, conseqüentemente, acarreta em uma suba do valor das mercadorias, elevando a mais-valia e a ambição capitalista. A partir disso, é claro que o contexto narrado auxilia na promoção da exportação de capital das economias dependentes (MARINI, 2015), pois o processo de industrialização incorpora valor originário dos meios de produção.

Com argumentos não menos relevantes, Porto Gonçalves (2012) estabelece uma crítica ao modelo de desenvolvimento dos países dominantes com essência na questão das fantásticas dívidas externas oriundas de capital financeiro contraídas pelos Estados dominados das regiões da África, América-Latina, Caribe e ÁSIA.

Para o autor, a partir do momento em que o dólar passou a ser a moeda internacional, organismos como FMI (Fundo Monetário Internacional) e BIRD realizaram uma espécie de política de chantagem que impõe aos países periféricos políticas de ajuste estrutural, as quais na realidade agravam a situação dos recursos naturais e de degradação ambiental nesses países. Por fim, os estados periféricos, por ocasião de sua dívida externa, buscam o equilíbrio das contas públicas, quase sempre acarretando em cortes nos investimentos sociais e ambientais com intuito de obter superávit primário.

A partir da segunda metade do século XX as potências econômicas mundiais estabeleceram um modelo de desenvolvimento sob o fundamento de que outras nações necessitavam se industrializar (FURTADO, 2000). Assim, considerando os anos 50 como ponto de partida, houve a ampliação dos parques industriais de regiões como a América Latina, resultando em novos segmentos de produção, a exemplo do automotivo, em consequência à importação de maquinário (MARINI, 2008).

Os países centrais, juntamente com organismos internacionais, sejam de cunho econômico ou não, como a Organização das Nações Unidas (ONU), deram início ao processo de substituição das estruturas coloniais pelas recentes maneiras de predominância internacional baseada na dominação tecnológica e na exploração dos recursos humanos e naturais dos países dominados.

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento dos países centrais acarreta no processo de degradação ambiental que sofrem os países periféricos devido à sua dependência tecnológica do exterior e a deformação

do seu modelo de desenvolvimento tradicional, condicionados às imposições históricas determinadas pela expansão da racionalidade econômica em grau nacional e internacional (LEFF, 2009).

Ainda, em conformidade com a metodologia adotada para esta pesquisa, “a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, produto histórico da economia passada, atual e de outras relações entre a periferia subdesenvolvida e os atuais países metropolitanos desenvolvidos” (FRANK, 2005, p. 24, tradução nossa). Assim, há uma relação entre o materialismo histórico-dialético – utilizado para a compreensão dos processos históricos concretos e de suas contradições inerentes – com o estudo do (sub)desenvolvimento.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento, entrelaçando tais conceitos como dependentes um do outro no cenário capitalista global, encontra amparo na teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. A partir dessa, introdutoriamente mencionada e que possui relação com o enfoque desta pesquisa, depreende-se que:

Uma das consequências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar o privilégio dos retardatários: aqueles que chegam mais tarde, os marginais, os periféricos, os “atrasados” do ponto de vista de uma evolução histórica determinada — econômica, social ou cultural — podem tornar-se precisamente a vanguarda da transformação seguinte (LÖWY, 1995, p. 78).

O debate em torno da economia capitalista mundializada e suas consequências conduz, à vista do que se observou até o presente, à necessidade de se verificar, mais especificadamente, quais são os impactos ambientais sofridos pelas regiões periféricas do globo.

3.2. Como o modelo de desenvolvimento dos países centrais impacta nas regiões periféricas do globo

Conforme já verificado, o modelo de desenvolvimento dos países centrais, que teve seu início por volta do século XV e potencializou-se a partir da segunda metade do século XX, condiciona e explora as regiões periféricas globais de forma neoimperialista e globalizada. Nesta linha de raciocínio, tem-se como ponto de partida, neste tópico, o estudo da maneira como o modelo de desenvolvimento desses países impacta o resto do globo.

Em que pese o desenvolvimento econômico dos países centrais tenha acarretado na degradação ambiental e social das regiões periféricas, foi somente a partir de 1970 que ocorreram manifestações em desfavor das práticas insustentáveis que assolam o planeta e programou-se um conjunto de reivindicações contrárias ao modo de desenvolvimento neoliberal que deu ensejo à “crise ambiental” (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Essa crise instaurou-se em decorrência do modelo de desenvolvimento dos países capitalistas, o qual ocasionou mudanças climáticas em virtude do aquecimento global, devastação de florestas nativas para dar lugar à pecuária extensiva e ao cultivo de monoculturas, extinção de biodiversidades e ecossistemas mundiais, aumento da poluição do ar e dos mares em decorrência da industrialização, do aumento populacional, urbanização e utilização de recursos não renováveis como fonte de energia.

A perseguição da mais-valia em nível global torna as relações econômicas apátridas, extraterritoriais e indiferentes a qualquer realidade local ou ambiental, de forma que, quando as empresas transnacionais, organismos supranacionais e o modelo de desenvolvimento dos países ricos ingressam no ambiente dos países pobres causam enorme devastação ambiental, seja pela implementação de novas indústrias, pela imposição de obras de infraestrutura ou ainda pela disseminação do movimento consumista (SANTOS, 2006).

Em meio à “fábrica global” já conceituada, “as empresas multinacionais são exatamente aquelas que lograram êxito no controle monopólico do mercado interno de seus países e são as mais concentradas, salvo as raras exceções das empresas que se formaram em função do mercado internacional” (SANTOS, 2011, p. 85, tradução nossa). Tais empresas possuem papel fundamental no processo de degradação ambiental da periferia global, mas não se pode olvidar que a sua multicondionalidade não acarreta em uma gestão igualmente preocupada com as questões ambientais do centro e da periferia global, eis que as punições e outras consequências negativas por danos ambientais e sociais são, de modo geral, menores quando causadas contra a última.

A injustiça ambiental que mantém o sistema econômico mundial fica evidente, segundo Porto Gonçalves (2012), ao analisar o crescimento da

pegada ecológica³ em cada região do planeta, de maneira que um habitante dos EUA se equipara a dez habitantes de outras regiões globais, em relação aos impactos causados sobre o meio ambiente:

Na África, a pegada ecológica de 1,5 hectare pouco ultrapassa a metade da média mundial (2,85 hectare); na Ásia e no Pacífico, a pegada ecológica sequer alcança 1,8 hectare; na América Latina e no Caribe, no Oriente Médio e na Ásia Central, ela gira em torno da média mundial; na Europa Central e Oriental, a pegada ecológica se aproxima dos 5 hectares; na Europa Ocidental. Chega a 6 hectares, ou seja, 210% maior que a média mundial; e nos EUA, corresponde a 12 hectares per capita, isto é, 425% a média mundial. Isso significa que um americano médio equivale, em termos de impacto sobre o planeta, a cerca de 10 africanos ou asiáticos (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 42).

Nesse sentido, é através do controle econômico-ideológico globalizado dos países “desenvolvidos” sobre os demais que se torna possível a manutenção do padrão de poder, de consumo e do estilo de vida dos países centrais que vem se sustentando de forma cada vez mais desigual e prejudicial ao planeta (FURTADO, 2000).

Por conseguinte, entende-se que o modelo de desenvolvimento dos países centrais imperialistas acarreta na devastação da base de recursos naturais e culturais dos países periféricos (LEFF, 2009). Também, devido à incorporação dos padrões tecnológicos e do estilo de vida dos países desenvolvidos ocorre a destruição do potencial produtivo dos países subdesenvolvidos.

Leff (2009) frisa que a perda do potencial produtivo dos países periféricos se dá em decorrência do incentivo ao movimento de extração e a disseminação de modelos sociais de consumo que geram um processo de deterioração dos seus ecossistemas, de erosão dos solos, de dilapidação dos recursos naturais e de extermínio de suas culturas.

³ A pegada ecológica verifica o impacto que certa amenidade humana causa sobre os ecossistemas mundiais, como sistema de medida se equivale a quantidade necessária de hectares de terra biologicamente produtiva para gerar os alimentos e a madeira que os seres humanos consomem, a infraestrutura que utilizam e o quanto é necessário para absorver o CO² produzido durante a queima de combustíveis fósseis. Dessa forma, a pegada ecológica leva em consideração o impacto que os seres humanos causam sobre o meio ambiente (PNUMA, 2002, p. 36 apud PORTO-GONÇALVES, 2012).

A dependência econômica dos países dominados, resultado do endividamento externo, faz com que estes abusem na utilização dos seus recursos naturais como minerais não renováveis (PORTO-GONÇALVES, 2004). Dessa forma, a dependência periferia-centro também implica na ocupação de reservas ambientais destinadas aos povos indígenas, camponeses e afrodescendentes, onde toda biodiversidade natural dá lugar à monocultura em larga escala, ou ainda, à instalação de indústrias estrangeiras altamente poluentes, as quais optam por se estabelecer em países subdesenvolvidos pelo fato de que estes oferecem incentivos fiscais e menor fiscalização nas questões referentes ao meio ambiente.

Portanto, as devastações ambientais em países periféricos tornaram-se evidentes a partir da década de 60 (e persistem até a atualidade), como resultado da irracionalidade ecológica dos padrões centrais de produção e de consumo marcado pelo modelo de modernidade, imposto pelos países dominantes aos demais, e pela predominância do desenvolvimento tecnológico e industrial sobre a organização da natureza (LEFF, 2012).

4. Considerações Finais

À vista de todo o exposto, impende reconhecer que a teoria marxista demonstra possuir capacidade para o reconhecimento das causas que permeiam o desenvolvimento econômico desigual e o subdesenvolvimento programado. Ainda, restou nítida a existência de contradições entre o discurso neoliberal e as consequências advindas das políticas econômicas que o acompanham.

Conforme verificado, a expansão imperialista assumiu novos contornos na contemporaneidade, considerando-se a globalização e o setor financeiro internacional, mas persiste associada ao mesmo paradigma de exploração do trabalho e de degradação ambiental. Isto posto, tem-se que é inerente ao capitalismo e suas formas de arranjo a existência de uma distribuição geográfica desigual do capital e do ônus que permeia o processo de acumulação.

Ao longo deste trabalho, evidenciou-se também que a usurpação do potencial produtivo de determinadas localidades se dá por intermédio da apropriação da riqueza natural (de uso comum) e sua conversão em riqueza privada (recurso), bem como pela exploração da força produtiva,

características do imperialismo por espoliação, pautado por David Harvey. Portanto, faz-se necessário, em contraposição ao modelo que está posto, que sejam resgatadas dimensões de desenvolvimento que desafiem a lógica capitalista e priorizem aspectos da vida social.

Por fim, as considerações finais alcançadas suscitam um outro importante questionamento: “até quando a periferia global sofrerá com as diversas formas de exploração abordadas sem que haja um movimento intenso capaz de romper com as relações político-econômicas que a impõem tal condição?”. Essa indagação demonstra que, apesar do desenvolvimento realizado nesta pesquisa, há muito a ser (re)pensado e, principalmente, existem muitas ações políticas contra-hegemônicas a serem tomadas a partir do desenvolvimento teórico existente e em constante produção.

5. Referências

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Revista lutas sociais**, v.28, p. 87-103, 2012. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/neils/revista/vol.28/john-bellamy-foster.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FRANK, Ander Gunder. Dependencia economica, estructura de clases y politica del subdesarrollo en Latinoamerica. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 32, n. 2, p. 229-282, 1970.

_____. El subdesarrollo como problema. **Revista BCV**. v. 19, n. 2. p. 15-55, 2005. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/Upload/Publicaciones/rbcvs022005.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**. v.15, n. 1, p.41-51, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2010.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, n. 18, p. 73-80, 1995.

LÖWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1996.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, Anibal. **El nuevo imaginário anticapitalista**. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/090706.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A natureza da natureza em Marx. **Tomo**, v. 17, p. 153-181, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/512/428>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

RIBEIRO, Guilherme da S. Marx Ecológico? Uma crítica. Resenha de "A ecologia de Marx: materialismo e natureza" de John Bellamy. **Ambiente & Sociedade**, v. XIV, p. 245-248, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31721024014>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível em: <www.periodicos.unc.br/index.php/drd/issue/view/14>. Acesso em 08 abr. 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: ténica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. The structure of dependence. **The American Economic Review**. v. 60. n. 2, p. 231-236, 1970.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2017.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. **O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana**. Londrina: Simpósio lutas sociais na América Latina, 2010. 10 p. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/13_ivotheis&lucianabtzke.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.